

Aprovada na sessão ordinária de 27 de abril de 2018

ATA NÚMERO DOIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE BARCELOS

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e dezoito, reuniu, pela
segunda vez, no Auditório dos Paços do Concelho, pelas vinte e uma horas e
trinta minutos, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal do Concelho
de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de
vinte e três de março de dois mil e dezoito, o qual foi afixado nos lugares
nabituais, com a seguinte ordem de trabalhos:
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo doze do
Regimento da Assembleia Municipal
ORDEM DO DIA
Ponto um – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a
solicitar autorização para a celebração do Contrato de Cooperação entre o
Município e as Freguesias do Concelho de Barcelos;
Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a
solicitar a constituição de uma Comissão que terá como objetivo principal lutar
oela construção de uma nova unidade hospitalar em Barcelos;
Ponto três – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a
solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização de
uma exploração pecuária, sita na freguesia de Roriz
Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes,
nomeadamente:
Adelino Lima da Silva Fernandes, Adélio Barbosa Miranda, Agostinho
auro de Castro Pires, Agostinho Martins da Silva, Alexandrino Manuel Oliveira



Ribeiro, Amândio da Costa Maia, Ana Cristina da Silva Cortez, Ana Maria Ribeiro da Silva, Ana Rita da Silva Torre, António Augusto Martins de Carvalho, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António da Cruz Vaz Saleiro, António Gomes da Silva, António Manuel Faria da Costa, António Silva Pereira, Arnaldo Ribeiro de Sousa, Augusto Fonseca Silva Dias, Avelino Manuel Coelho Miranda, Beatriz Manuela Silva Maia Lima, Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Casimiro da Silva Rodrigues, Catarina Sofia Martins de Sá, Catarina Marina Faria Duarte, Daniel Fernandes de Azevedo, David Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, David José Pereira de Carvalho, Domingos Duarte da Silva, Domingos Falcão Gonçalves, Elsa Gracinda de Oliveira Brás, Fernando José Gonçalves Pinto, Filipe Emanuel Ramires Pinheiro, Firmino Manuel Lopes da Silva, Gabriel Costa Gonçalves, Hélder Duarte Grácio Tomé, Henrique José da Silva Meneses, Henrique Pedro Sousa Roselho, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, Horácio Rodrigues de Oliveira Barra, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Isaías da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, João José Longras Maciel, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva Ferreira, João Vieira Barbosa da Silva, Joaquim Barbosa Dantas, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Jorge César Fernandes da Silva, Jorge Manuel Martins Fernandes, Jorge Manuel Mesquita Fernandes, José António Gomes Coelho, José Augusto Martins de Figueiredo, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Carlos Esteves da Costa, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Gomes Arantes, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Paulo Cardoso Teixeira, José Paulo Maia Matias, José Rui da Costa Alves Peixoto, Júlio Manuel da Silva Loureiro, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Liliana Carina Barreiro Faria; Luís



Alberto Faria Gonçalves Machado, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel Augusto da Silva Ramião, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel Faria Oliveira, Manuel Fernandes Pereira, Manuel Fernando da Costa Miranda, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel de Oliveira Magalhães, Manuel Simões Correia, Maria da Conceição Ferreira da Cunha Faria, Maria de Fátima Ferreira de Faria, Maria Isabel Sá da Venda, Maria Madalena Sequeira Ferreira, Maria Teresa Araújo Martins Falcão, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Jorge Gomes Figueiredo, Natalina de Sá, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Filipe da Silva Meneses, Nuno Miguel Machado Martins, Nuno Pedro Santos Varzim Miranda, Otília Arminda Oliveira de Castro, Paula Cristina Leiras Belchior, Paula Maria Barbosa Lopes, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Ricardo Barroso da Silva, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rui Manuel Dias Faria, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo Silva Dias, Tomé Francisco Lopes Faria, Vasco André Gomes de Deus Real.-----------Faltaram os seguintes membros:------Faltaram os seguintes membros:-----------António Joaquim da Costa Lima, Bruna Cristiana Araújo Ferreira, Joana de Macedo Garrido Fernandes, João Alberto Novais Alves, João Pontes da Silva, Manuel Albino da Silva Oliveira, Sandra Isabel Coutada Teixeira.-----------INÍCIO DOS TRABALHOS---------------INÍCIO DOS TRABALHOS-------------------PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Boa noite, Senhores Deputados, Público, Barcelenses.----------Dou por iniciada esta Assembleia Municipal extraordinária de vinte e oito de marco de dois mil e dezoito.----------Esta Assembleia inicia-se pelo período de trinta minutos de intervenção do público, aos serviços da Assembleia previamente chegou uma inscrição do



senhor Vasco Santos, que eu penso que está já aqui no auditório, a quem pedia
que se dirigisse aos microfones para a sua intervenção
Muito obrigado
PÚBLICO – Vasco Santos – Boa noite a todos e a todas
O que me traz aqui hoje é vir em defesa de um hospital novo para
Barcelos e queria falar sobre esse assunto que é de máxima importância para
todos os habitantes do nosso concelho
O hospital de Barcelos e a construção do novo hospital é uma promessa
que já tem imensos anos e a verdade é que continua sem existir, continua sem
estar nos orçamentos de Estado, continua a ser uma carência sentida por todos
os barcelenses e também por todos os habitantes do concelho vizinho, do
concelho de Esposende
O atual hospital de Barcelos já não contempla as condições para, de
facto, poder prestar um serviço à população, como é requerido em pleno século
vinte e um
O hospital de Barcelos, como deve ser do conhecimento de todos, neste
momento já não consegue de facto prestar a resposta à população que é exigida
e que realmente os cidadãos do concelho de Barcelos e do concelho de
Esposende necessitam e carecem
A verdade é que temos tido vários problemas e o hospital, apesar das
diversas promessas que temos tido dos diversos Governos, continua sem
existir
Era importante que todos nós nos empenhássemos de facto na
construção deste hospital, pois só através disso é que podemos de facto
conceder saúde aos cidadãos destes concelhos
O hospital de Barcelos, ao ser construído, precisa de muito mais e precisa
que nor exemplo, tenha novos servicos e entre eles a nova maternidade que foi



fechada em dois mil e seis.----------E precisa da maternidade porque de facto Barcelos é um concelho jovem, é dos concelhos mais jovens do país, e é um concelho que de facto reúne todas as condições e que carece imenso de que exista uma maternidade e que ela seja feita ao construir um novo hospital.-----------A maternidade quando foi fechada em dois mil e seis na verdade fazia mais de mil partos ao ano, tinha sido acabada de ser equipada há pouco tempo, ou seja, foi uma decisão meramente economicista, não havia razões clínicas, razões práticas para que de facto não se mantivesse em Barcelos. Tanto é que se fosse por uma questão do perigo que representava ao ter menos que os mil e quinhentos partos que o Governo dizia que era exigido, a verdade é que, por exemplo, a maternidade do hospital de Santo António, no Porto, teria que ser fechada. E, como essa, mais de metade de maternidades do país não cumpria com esses valores, como tal teriam que fechar se de facto era um perigo para a saúde pública.----------Ou seja, aquilo que eu aqui venho alertar é que não chega construir quatro paredes. É preciso um novo hospital, mas para além de um novo hospital era bom que tivéssemos novos serviços e melhores serviços e também que houvesse mais trabalhadores, que houvesse a contratualização de mais trabalhadores, mais médicos, mais enfermeiros, mais administrativos, mais técnicos e mais auxiliares. Pois o hospital hoje em dia tem trabalhadores que trabalham dezoito horas em vinte e quatro para suprir as necessidades das populações. E na verdade, na minha opinião, e consubstanciando isso até com relatórios como houve ainda agora há pouco tempo, como foi noticiado pelo Barcelos Popular em relação à ordem dos enfermeiros, e mesmo a ordem dos médicos também já o disse, o hospital não tem condições para continuar a laborar. E se não fosse a dedicação dos seus profissionais que dão todo o seu



empenho para que não aconteça problemas de maior, na verdade se calhar estaríamos perante alguma calamidade.----------Sendo assim, aqui o meu apelo é para que todos nós estejamos empenhados em de facto salvaguardar o Serviço Nacional de Saúde, que é uma das maiores conquistas do vinte e cinco de abril, e que possamos de facto ter um hospital como os habitantes do concelho de Barcelos e de Esposende merecem e carecem por demais.-----------Assim sendo, aquilo que eu deixo aqui é um pedido e um alerta porque não chega de facto construir quatro paredes, é preciso ter mais serviços, é preciso ter melhores serviços. Porque se de facto o que nós vamos ter é um hospital que depois vamos ver é apenas um centro de saúde um pouco maior e mais caro, isso de facto não é o que serve nem é o que interessa aos cidadãos de Barcelos.----------Nós realmente aqui temos de facto que lutar para termos os nossos direitos de volta e para isso é preciso que o hospital esteja melhor equipado, que tenha mais serviço, que tenha mais meios de diagnóstico e terapêutica. Só para terem noção, o hospital de Barcelos não tem um TAC, está prometido, ainda não chegou, vamos ver se vem ou não, mas a verdade é que nós fazemos esses exames fora e esses exames todos se formos a somá-los na verdade a máquina já estaria paga.-----------Para além disso, o trabalho e todo o inconveniente que há para os próprios utentes.----------Ou seja, é preciso muito mais e é isto o que eu quero aqui deixar, até porque hoje vai-se votar a criação de uma comissão em defesa da construção de um novo hospital, mas não chega ter apenas quatro paredes. É preciso de facto que haja um hospital que consiga realmente servir as populações como elas merecem e essa é uma luta que tem que nos envolver a todos, pois nós



queremos mesmo os nossos direitos de volta e não queremos o hospital mais
nas condições em que o temos
Uma boa noite a todos e obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado pela sua intervenção. Um
pequeno apontamento: o período de intervenção do público destina-se, de
acordo com o regimento, a solicitar esclarecimentos e não propriamente a fazer
declarações políticas ou pessoais. De qualquer modo, dentro da maior abertura
das suas intervenções e porque vamos também discutir a questão do hospital,
eu ia perguntar ao senhor presidente da Câmara se quer usar da palavra para
responder à sua intervenção
PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários,
Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e
Senhores Presidentes de Junta e de União, Caras e Caros Cidadãos, um
cumprimento especial a quem nos acompanha via web
Senhor presidente, apenas um comentário. Naturalmente que estou de
acordo, não com os considerandos totais que fez este cidadão, mas a
preocupação que ele transmite é naturalmente a do executivo municipal e,
como disse o senhor presidente, e bem, está já um primeiro instrumento que
vem a esta Assembleia no sentido de, em conjunto com aqueles que
representam os cidadãos, nomeadamente representantes desta Assembleia e
das freguesias, fazermos naturalmente a pressão junto do governo central sobre
esta matéria
Mas quero aqui também referenciar que o contrato que foi feito em dois
mil e sete, aquando do encerramento da maternidade, e até foi feito com o
Governo socialista, e, portanto, estou perfeitamente à vontade, foi um contrato
que de facto foi um pouco inócuo, inconsequente. Ou seja, não está, no acordo
que foi feito, garantidas de financiamento quer sejam oriundas do orçamento



de Estado, quer sejam através do quadro comunitário. E esta é uma das
dificuldades acrescidas
De qualquer forma, naturalmente que isto é uma matéria
importantíssima para Barcelos e para Esposende e aquilo que diz respeito ao
executivo tudo faremos para que o hospital novo seja uma realidade
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Não há mais inscrições do período de intervenção do público,
passaríamos para a ordem do dia, para o ponto um
PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
a solicitar autorização para a celebração do Contrato de Cooperação entre o
Município e as Freguesias do Concelho de Barcelos
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Inscrições, por favor!
Tem a palavra o senhor deputado Joaquim Barbosa, do Partido
Socialista
DEPUTADO DO PS – Joaquim Barbosa – Senhor Presidente da Assembleia,
Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores
Vereadores, Senhores Deputados
A aprovação da minuta do protocolo dos duzentos por cento com as
Juntas de Freguesia é nada mais, nada menos que a consagração do modelo de
relacionamento que o executivo do Partido Socialista escolheu para as
freguesias e os senhores presidentes de Junta e que tem merecido um amplo
reconhecimento
No preâmbulo da proposta de minuta encontra-se muito bem expresso o
alcance e os princípios subjacentes à sua implementação. E o preâmbulo é por
demais esclarecedor, da visão e do alcance deste modelo, que, tal como está, e
do qual o executivo do Partido Socialista não abdica, se assumiu como um fator



de desenvolvimento das freguesias, de correção de assimetrias, de promoção da coesão do concelho e de dignificação do exercício das funções dos senhores presidentes de Junta.-----presidentes de Junta.----------E, senhores deputados, é sempre bom recordar e repetir o que esteve na génese da criação deste protocolo, que hoje é um instrumento natural e mesmo imprescindível no relacionamento da Câmara Municipal com as Juntas de Freguesia. É que, senhores deputados, não foi sempre assim.----------Até dois mil e nove, a inexistência de qualquer modelo de relacionamento entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, traduzia-se, por parte da gestão do PSD, no recurso ao subsídio como único instrumento existente e onde a delegação de competências nas freguesias, quer através de protocolos ou outros instrumentos que promovessem mais autonomia, eram simplesmente um mito, quase uma heresia.----------Este modelo até dois mil e nove servia como uma demonstração do poder avassalador do executivo do PSD sobre as Juntas de Freguesia, condenando uma parte significativa a uma inação completa, quase as impossibilitando de exercer as suas competências mais básicas, na medida em que apenas podiam contar com as transferências da administração central, tornando-as assim totalmente dependentes dos subsídios da Câmara Municipal. Nesse tempo, o paradigma do presidente de Junta competente era aquele que mais pedidos de subsídios conseguia fazer aprovar e essa capacidade derivava não em muitos casos do próprio valor dos projectos, isto é, do impacto que representavam para o desenvolvimento das suas freguesias, mas sobretudo a proximidade que tinha com o poder. A impossibilidade de muitas freguesias assumirem as competências mais básicas, na manutenção e conservação da rede viária, na conservação de escolas, a não ser que dispusessem da atribuição de subsídios, o que não era um direito de todos, mas apenas de alguns, levou a



assimetrias gritantes no desenvolvimento das freguesias, que o executivo do PS herdou.----------Foi esta a realidade que o executivo do Partido Socialista encontrou em dois mil e nove, à qual pôs de imediato cobro, porque até aí a ausência aparente de um modelo de relacionamento com as freguesias traduzia-se de facto na existência de um modelo centralizador, ineficiente, politicamente injusto e que não promovia a capacidade de gestão dos presidentes de Junta.----------Para isso implementou o executivo do PS o protocolo dos duzentos por cento, procurando e tendo amplamente conseguido dar dignidade à gestão dos presidentes de Junta, cujos resultados são hoje uma plena evidência.----------O PS reconhece-se pois totalmente neste modelo, não se escusando, todavia, de exercer a sua ação politica através precisamente do previsto na alínea f) da cláusula segunda do Protocolo, relativa aos investimentos nas freguesias, mediante deliberação do executivo e que tanta confusão tem causado ao PSD. E aqui, senhores deputados, a mensagem é clara. O executivo do PS assume, como sempre assumiu, as suas responsabilidades politicas, que são até um dever de promover e implementar uma politica de investimentos que continue a corrigir, por um lado, as assimetrias históricas herdadas da gestão do PSD e que promova, por outro lado, o desenvolvimento equilibrado e coeso das freguesias.----------E por isso queremos desde já referir que somos frontalmente contra o aumento do protocolo para os trezentos por cento. O aumento do protocolo para trezentos por cento, dando muito pouco a todos, afigura-se como um modelo totalmente irracional, porque não asseguraria que as Juntas passassem elas próprias a adquirir a capacidade de investimento em substituição da Câmara Municipal, porque diminuiria à própria Câmara Municipal a capacidade de investimento nas freguesias, já que passaria a ter menos verbas disponíveis,



porque não garantiria uma aplicação correta das transferências, em alguns casos poderiam até ser mal aplicadas, por serem até desnecessárias face ao âmbito de aplicação do protocolo e finalmente porque muitos investimentos vão, como sabem, para além da mera área geográfica de cada freguesia, bastando para isso dar como exemplo a rede viária municipal ou até o caso de alguns caminhos vicinais.----------É, aliás, senhores deputados, nossa convicção de que se o PSD fosse poder e dispusesse de capacidade de decisão politica nunca iria aumentar o protocolo de colaboração com as Juntas de Freguesia para trezentos por cento, pela simples razão de que estaria praticamente inibido de exercer a sua gestão politica nas freguesias, contrária à sua genética, como ficou amplamente comprovado e demonstrado durante os seus trinta e três anos de poder.-----------O PS não pode assim deixar de referir a estranheza pela insistência do PSD no protocolo dos trezentos por cento, para quem no passado nunca implementou qualquer modelo de relacionamento com as freguesias, a não ser a atribuição de subsídios, que muito contribuiu para as assimetrias que ainda agora se verificam e que necessariamente têm que continuar a ser corrigidas, porque se impõe como um dever a este executivo do PS promover o desenvolvimento equilibrado do concelho, através do protocolo dos duzentos por cento, complementado com os investimentos que correspondam a verdadeiras necessidades das freguesias, modelo que os senhores presidentes de Junta têm reconhecido como válido e que os barcelenses muito bem têm compreendido.-----------Muito obrigado.------PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado José Paulo Matias, do BTF.-----**DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias –** Excelentíssimo Senhor Presidente da



Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores
Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras, Meus
Senhores, Barcelenses
Não está em causa, para nós, a aprovação da celebração do contrato de
cooperação ente o município e as freguesias do concelho de Barcelos. Vamos
votar, sem qualquer dúvida, a favor deste protocolo conhecido pelos duzentos
por cento pela necessidade de dotar as freguesias de meios técnico-financeiros
para poderem desenvolver minimamente as suas atribuições e competências.
Pensamos até que já é hora de ir mais longe na descentralização, que para nós
tem um conceito de regionalização que parece esquecido pelos partidos
políticos e pelo poder e esperamos ansiosamente pela regulamentação das
atribuições diretas do Estado para as freguesias, como exigido e prometido à
Associação Nacional de Freguesias
O que nos preocupa hoje e aqui é a convocatória desta Assembleia.
Desde logo, não é a Câmara Municipal que requer a sua convocatória, logo
concluímos que se trata da iniciativa do senhor presidente da Assembleia
Municipal ou da mesa – de acordo com o artigo vinte e oito da Lei número
setenta e cinco/dois mil e treze. E porquê? Não merecemos uma explicação
sobre o facto ou podemos concluir que neste assunto a Assembleia está mais
preocupada que a Câmara Municipal? Significa incúria, desleixo, negligência e
incapacidade do executivo municipal?
E, para agravar toda esta situação, temos a questão do despesismo. Esta
reunião não vai custar tanto quanto custaria uma igual para aprovar e discutir o
orçamento? Não se fez em janeiro e ficou para fevereiro, na reunião ordinária,
para não gastar dinheiro (cerca de dez mil euros). Era um desperdício nas
palavras do senhor presidente da Câmara
E agora pergunto:



------Não era possível que estes assuntos trazidos aqui hoje a uma sessão extraordinária, com despesa igual a qualquer outra sessão, tivessem sido discutidos nas várias reuniões da Câmara Municipal desde o início de janeiro e incluídos na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de fevereiro?-----------Temos visto publicadas várias opiniões tendentes a tudo desculpar e até acusar de boicote a oposição por falta de delegação de competências da Câmara Municipal no senhor presidente. Esta situação que vos acabo de descrever mostra bem da fraqueza desses argumentos e desculpas. Apenas dedicação à causa pública e prioridade na defesa dos interesses dos barcelenses e evitava-se toda esta trapalhada.---------Estamos a gastar dinheiro desnecessário que faz falta a Barcelos e aos barcelenses, por má gestão, incúria e incompetência deste executivo municipal. Isto sim, senhores presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, é despesismo e falta de respeito pelos barcelenses e pela dignidade desta Assembleia Municipal.----------Não nos podemos calar e entendemos ser nossa obrigação denunciar esta situação que não se pode repetir no futuro para não descredibilizar as instituições democráticas.----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------Antes de dar a palavra ao senhor deputado José Maria Cardoso, o senhor deputado obviamente alargou a sua intervenção a matéria que não diz respeito à ordem de trabalhos que estamos a discutir, mas o senhor deputado levantou uma não-questão. Leia o artigo vinte e oito da Lei setenta e cinco/dois mil e treze e aí diz que a competência do presidente da Assembleia é aquela mesma que eu exerci na convocação desta Assembleia. Como o cargo que eu ocupo é vinte e quatro horas por dia e trezentos e sessenta e cinco dias do ano,



obviamente tenho que coordenar com o senhor presidente da Câmara os assuntos de interesse para a Câmara Municipal e só posso trazê-los à Assembleia Municipal quando são aprovados. Portanto, foi o que eu fiz dada a necessidade da sua discussão, daí a razão de ser desta convocatória muito simples, não tem nada de extraordinário, tem única e exclusivamente a ver com colocar os interesses dos barcelenses em primeiro lugar e neste caso particular das Juntas de Freguesia.-----------Feita esta explicação que é devida, iria dar a palavra ao senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda.-----**DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso** – Muito boa noite.----------Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Comunicação Social, Público em geral e todos quanto nos veem e ouvem via web.----------Eu não queria de maneira alguma que esta minha intervenção fosse incorrer no risco de ser repetitivo em relação a uma questão que foi aqui levantada. E não vou discutir sob um ponto de vista de legalidade, quem tem ou não legalidade para convocar a Assembleia. Não me importa isso, sinceramente, e acho que tem todo o direito a convocar uma Assembleia tanto da parte do presidente e em consonância com aquilo que são os assuntos da Câmara. Agora, é verdade que não vejo aqui uma justificação para esta Assembleia se fazer hoje e nesta altura. Porque na verdade o argumento do senhor presidente aquando da questão que foi colocada, nomeadamente levantada pelo Bloco de Esquerda, inclusive dizendo que estava a incorrer numa ilegalidade à não convocatória para uma discussão extraordinária sobre o orçamento municipal, foi dito precisamente isso, que era uma questão de contenção de gastos e à qual eu até sou sensível. Agora, não percebo porque é que se faz esta Assembleia neste



momento dado que o único ponto que eu vejo aqui, não é o do reconhecimento de utilidade pública, não será por aí que se faz a Assembleia; não será porventura pela criação da comissão da defesa do hospital; é pura e simplesmente pela questão do protocolo. Mas o protocolo, diz o artigo cento e trinta e três da Lei setenta e cinco/dois mil e treze que estes acordos de execução ou delegação de competências, como é este caso, têm cento e oitenta dias, após a instalação dos órgãos, para se firmar. Esses cento e oitenta dias só terminam a vinte e seis de abril. Ora, estaria no tempo de englobar na discussão da próxima reunião da Assembleia ordinária estes pontos. Portanto, não vejo aqui qualquer razão para na verdade se fazer este tal gasto que da outra vez era demasiado e agora já não é.-----------Mas, passando propriamente ao que está em causa, é sem dúvida um protocolo que serve de bandeira ao Partido Socialista, porque é indiscutivelmente uma mais-valia que foi criada com critérios, com transparência, com posições definidas, e isso é para nós sempre defensável e continuamos a defender este tipo de acordos e este tipo de protocolo. Portanto, não está minimamente em causa.----------É verdade também que pode incorrer em algumas hipotéticas desigualdades, porque a base com que ele é feito é a partir da atribuição do FFF. E como sabemos que é feito em função do número de eleitores pode à partida criar algumas desigualdades, que me parece inclusive que algumas delas até estão corrigidas no ponto dois ou apresenta algumas possíveis correções, nomeadamente quanto à rede viária, à educação, o que me parece também ------Mas também é verdade, meus senhores e minhas senhoras, que o protocolo está firmado e o que nós passamos a ver é que o que lá diz é tudo a delegação de competências quando se trata de questões de conservação, de



manutenção, de gestão. Porque quando se trata de decisão ou de investimento ela é remetida para a alínea f) da segunda cláusula, "outras comparticipações", e aqui volta a existir o critério discricionário, arbitrário que é feito na base daquilo que a Câmara possa entender como viável ou não em função da pretensão de cada Junta de Freguesia. E isto na verdade continua a agarrar as freguesias aos interesses da própria Câmara Municipal e àquilo que é a ligação por assim dizer mais estreita e por vezes perigosa entre Câmara e freguesias. Portanto, não elimina de todo esse lado discricionário.-----------Mas queria também tecer um comentário sobre um cândido texto da declaração de voto do PSD/CDS. Diz a determinado momento uma coisa assim do género: "Para nós, todas as freguesias merecem igual tratamento, dignidade e respeito, sem olhar à sua cor partidária". Aliás, até repetem esta frase. Sem dúvida um argumento até enternecedor para quem teve décadas de poder e nunca se lembrou de fazer qualquer tipo de protocolo nem qualquer tipo de critério. Alguém que esteve no poder durante todo este tempo e, aliás, tinha uma má postura em relação às Juntas de Freguesia ao dizer que provavelmente nem teriam competência para gerir tanto dinheiro, o que é engraçado e interessante que agora tenham esta posição, inclusive até façam uma proposta, terceiro FEF, penso eu que será de trezentos por cento. Tem a sua piada e é sem dúvida alguma uma proposta interessante na perspetiva de quem vem. É que durante todos estes anos o PSD não fez uma política de chapéu na mão, fez uma política genuflexão, ou seja, fez uma política de dobrar perante o poder. E foi isso que foi executado durante todo este período de tempo e é esse passado que nós queremos aqui sempre lembrar. Aliás, até termina com uma afamada trivialidade dizendo "Não pode haver barcelenses de primeira e de segunda", o que é interessante.----------E já agora, e não interpretem isto como nenhuma maledicência, mas é



uma correção, quando dizem "Porquê esta descriminação?", descriminação é tirar do crime. Quando eu quero dizer que é um tratamento desigual eu digo discriminação. É só um pequeno aparte.---------É evidente que em relação a esta proposta, com todas estas reservas e todas estas críticas, nós votamos favoravelmente.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado Hugo Cardoso, do PSD.-----**DEPUTADO DO PSD – Hugo Cardoso** – Muito obrigado, senhor presidente.----------Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Ilustres Colegas, Senhores Presidentes de Junta, Caro Público, muito boa noite a todos.-----------Não obstante de votarmos favoravelmente esta proposta, importa dizer duas coisas.----------Em primeiro lugar, dizer que, pese embora a redação do protocolo nos aponte no sentido de que será a Câmara quem diz que a cooperação administrativa com as Juntas de Freguesia, bem como o reforço dos poderes e capacidades de intervenção destas, contribui para melhorar e dar maior eficiência à ação do poder local junto das populações, na verdade, é o Regimento Jurídico das Autarquias Locais quem impõe esta descentralização.---------Como sabem, a Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais.-----------Anteriormente a esta lei, as Juntas de Freguesia apenas possuíam as competências para atuar nas matérias que lhes fossem administrativamente delegadas pelas Câmaras Municipais, através de contrato celebrado entre ambas as partes.----------Era necessário acordar entre as partes quais as competências a transferir, bem como as verbas para a sua realização. No caso de não existir



entendimento, ficariam apenas com as competências que a lei lhe conferia.-----------O Regimento Jurídico das Autarquias Locais vem alterar este cenário, estabelecendo uma delegação automática de competências das Câmaras Municipais nas Juntas de Freguesia, em matérias como a gestão de espaços verdes, limpeza de ruas, pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino pré-escolar, entre outras.----------Por força desta lei, a competência para agir nestas e noutras matérias passa a estar automaticamente delegada nas Juntas de Freguesia, não dependendo agora do tal consenso com a Câmara.----------No entanto, apesar da decisão sobre a delegação já não ser mais pertença da Câmara Municipal, é necessário acordar de que forma se vai proceder à delegação.-----------Desta feita, já não quanto às competências a delegar, mas quanto aos recursos humanos e financeiros necessários ao exercício dessas competências e dessa forma chegarem a acordo quanto à forma como será executada a delegação de competências determinada pelo legislador.----------Em segundo lugar, dizer que é necessário combater esta ideia, quase generalizada, de que os municípios têm alguma supremacia sobre as freguesias, apesar de formal e legalmente assim não ser.----------É por isso importante uma cooperação territorial, com a criação de pontes e elos, de modo a permitir que o desempenho das suas competências seja levado a cabo num ambiente de cooperação e articulação recíproca, com recurso, se possível, à partilha e integração de serviços e atividades de ambas as autarquias.----------As freguesias, por constituírem o nível de governação de maior proximidade, estão naturalmente mais habilitadas a conhecer as reais necessidades e problemas das populações respetivas, e essa circunstância de



proximidade so podera ser potenciada se existir uma visão global das
necessidades públicas
É também por isso mesmo que defendemos a atribuição de mais
investimento equivalente a um terceiro FFF para cada freguesia, para o
financiamento de obras de investimento
É que o documento que agora discutimos, prevê a atribuição de um
segundo FFF de duzentos por cento para fins de manutenção, conservação e
gestão, e não para o investimento e execução de obras
Este investimento equivalente a um terceiro FFF destinar-se-ia a
substituir a atribuição de subsídios avulsos e sem critérios e a promover uma
visão de concelho no apoio ao investimento indireto executado pelas Juntas de
Freguesia
É que o documento que agora discutimos, tal qual nos é apresentado,
apresenta-se como que absolutamente discricionário no que ao investimento
diz respeito
E a verdade é que tal situação, no mandato anterior, permitiu à Câmara
Municipal e ao Partido Socialista um comportamento absolutamente
discriminatório
A verdade é que, com esta prática, a Câmara Municipal e o Partido
Socialista prejudicam as freguesias e atentam contra o direito dos barcelenses e
a dignidade dos senhores presidentes de Junta de Freguesia
A verdade é que, com esta prática, a Câmara Municipal e o Partido
Socialista, ao prejudicar uma parte do território, discriminando-o em razão da
opção política que tomaram em eleições livres e democráticas, acabam por
prejudicar o todo
A verdade é que, com esta prática, a Câmara Municipal e o Partido
Socialista, ao praticar este tipo de ação política, mais não faz do que a tão



propalada politica do chapeu ha mao , que, de resto, tanto chiicaram no
passado
A Câmara Municipal deve atribuir subsídios para investimento na base de
acordos de execução equitativos, proporcionais e transparentes entre
freguesias
É que, tanto quanto julgamos saber, existem necessidades em todas as
freguesias e não apenas em algumas
É que, tanto quanto julgamos saber, os objetivos das delegações de
competências passam precisamente pela promoção da coesão territorial, o
reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços
prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis
Não compreendemos, por isso, os motivos pelos quais a Câmara
Municipal não pratica uma política de equidade, igualdade e transparência na
atribuição de subsídios para obras a executar pelas Juntas de Freguesia do
concelho
Votaremos favoravelmente esta proposta, mas não podemos deixar de
referir que mais uma vez se perdeu uma oportunidade de repor alguma justiça
àquilo que tem sido um tratamento diferenciado e discriminatório no que à
atribuição de subsídios diz respeito
Nota final, apenas para referir a intervenção que me antecedeu, neste
caso o Bloco de Esquerda, julgo que seria útil para Barcelos que o Bloco não
fosse oposição à oposição, mas antes oposição ao poder
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado Filipe Pinheiro, do CDS
DEPUTADO DO CDS-PP – Filipe Pinheiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor



Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros
Colegas, Público em geral, Senhores Jornalistas, muito boa noite
Protocolo duzentos por cento
As competências das Juntas de Freguesia podem ser próprias ou
delegadasdelegadas
A Junta de Freguesia é o órgão político executivo mais próximo das
populações. Assim poderá ser muito mais eficiente do que qualquer outro, pois
poderá identificar as necessidades concretas e ajustadas, tornando as medidas e
investimentos mais eficientes
Neste sentido, e pelo reconhecimento dos serviços prestados às
populações e ao desenvolvimento da freguesia, cada vez mais competências
lhes são atribuídas, desde competências próprias: organização, funcionamento
dos seus serviços, gestão corrente, planeamento da respetiva atividade, gestão
financeira, gestão de equipamentos, colaborar com os sistemas de proteção
civil, de combate a incêndios, e muitos, muitos outros
Para esta gestão e execução das suas competências e projetos as Juntas
de Freguesia necessitam de diversos meios, um dos quais o capital para suprir
necessidades financeiras cada vez mais crescentes
Para isso, ao longo dos tempos foram diversos os métodos para
transferências financeiras, processos x, y, z, assim como o protocolo de
transferência de verbas ao abrigo de competências delegadas
Com isto, as freguesias conseguiram um instrumento financeiro que lhes
dava outro suporte financeiro, apesar de terem competências adicionais às
quais tinham que fazer face
Mas outros métodos menos formais se conhecem, tais como solicitação
de verbas à Câmara Municipal, tão conhecida como a "política do chapéu na
mão". O CDS é totalmente contra este método



O CDS é favorável a que se criem mecanismos que sejam transparentes e
com critérios concretos em função das necessidades, mérito e prioridades. Mas
principalmente que sejam transparentes e totalmente contra beneficiar quem
usa a cor da moda
Assim, somos totalmente a favor deste protocolo, o qual vamos votar a
favor, mas não deixar de realçar que o mesmo não acaba com a "política do
chapéu na mão", a discriminação
É aqui que este executivo tem que se fixar, acabar com esta
discriminação, evidente em todos os relatórios de contas
As freguesias que menos receberam no último mandato foram as
freguesias eleitas pela coligação. A exemplo disso temos a freguesia de
Carvalhal que, em poucos meses de mandato socialista, já recebeu mais que em
quatro anos de governação do CDS
Apesar de estarmos totalmente a favor deste protocolo, todas as
restantes verbas a atribuir devem ter critérios justos
Assim, o desafio aqui deixado é criar mecanismos para que haja justiça e
transparência
O CDS deixa este desafio: tornem as freguesias independentes de
favores
Relativamente à intervenção do Bloco de Esquerda, eu vou ser muito
sucinto relativamente a falarem do CDS
Estamos em dois mil e dezoito
Tenho dito
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do PCP
DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito boa noite
Senhor Presidente da Assembleia. Senhores Secretários. Senhor



Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas, Meus Senhores, Minhas Senhoras.-----------O Partido Comunista vota favoravelmente esta proposta como fez em anteriores anos.-----------Consideramos até que este talvez seja o grande elemento diferenciador dos mandatos do PS em relação aos mandatos do PSD.----------No entanto, este meu voto favorável não afasta algumas considerações que nós entendemos que deveremos fazer.----------Primeiro, afirmar de facto que o Partido Comunista está de acordo com a descentralização através da delegação de competências desde que acompanhadas das respetivas transferências financeiras, pois permite agilizar processos, concede autonomia de decisão a quem está mais próximo da população e isso é de facto um fator positivo.----------No entanto, entendemos que este protocolo em muitos aspetos deveria ir mais longe e ser mais aprofundado e mais claro, tendo em conta que é um facto que não elimina de todo a possibilidade de haver alguma discricionariedade em relação a umas freguesias.----------No entanto, o PSD agarra-se muito a este efeito que o protocolo pode ter, a esta prática da Câmara Municipal, mas no entanto não dá, nem poderia dar, nenhuma garantia que seria diferente caso fosse executivo, até porque quando o foi era conhecido por essa prática.----------E também dizer que se os presidentes de Junta se sentem de facto discriminados, têm aqui um espaço para o afirmar e devem vir. Agora, há quem faça assim uns gestos... sei o que é que significam esses gestos. Têm medo. Mas quem tem medo fica em casa, é preciso ter peito para isto. Portanto, os presidentes de Junta se sentem que estão a ser discriminados têm que vir aqui e o que é certo é que não vêm e deveriam de vir, até para todos nós termos



conhecimento do que se está a passar.-----------A segunda consideração que eu quero fazer é que o protocolo não é por si só um instrumento de correção das assimetrias, e é isso um dos objetivos que busca o protocolo, mas ele por si só não consegue corrigir essas assimetrias. Basta ver que o protocolo acompanhou todos os mandatos do Partido Socialista e as assimetrias continuam, portanto, por si só não corrige. A Câmara tem de desenvolver políticas que permitam essa correção e tem que fazer um levantamento de todas as necessidades que existem no concelho de forma a que haja freguesias que se consigam desenvolver e aproximar de outras freguesias.---------O protocolo também não é por si só um instrumento de coesão territorial. A Câmara tem que ter medidas, nomeadamente na questão dos transportes urbanos, transportes públicos, que permita uma grande coesão territorial, o que de facto é um grande défice que nós temos no nosso concelho.----------E por último, não quero deixar de frisar este aspeto que tenho feito todos os anos, que é na cláusula segunda, alínea f), o ponto número dois, em que há uma exigência das comparticipações das freguesias que não têm escola na parte do que diz respeito aos custos da escola. Isto olhando assim à primeira vista parece uma medida justa, mas no meu entender e no entender do Partido Comunista é uma medida injusta, porque dá a ideia que a freguesia que não tem escola já não é por si só uma freguesia penalizada. Está quantificado os custos sociais e mesmo económicos de uma freguesia que não tem escola? Isto não é um elemento de assimetria? Portanto, essa comparticipação que é exigida a uma freguesia que não tem escola por os seus fregueses estarem a utilizar outra escola numa freguesia vizinha, porque foi encerrada a sua escola, deveria ser assumida pela Câmara Municipal de Barcelos. Não estou de acordo com esta



visão de que a escola é só um conjunto de despesas e, portanto, quem deixou de ter uma escola deixou de ter essas despesas e está a ser beneficiado. Isto não corresponde à verdade. A freguesia que não tem escola está a ser prejudicada socialmente, está a ser prejudicada economicamente, é um elemento de assimetria que aqui a Câmara Municipal tem o dever de corrigir. Primeiro, assumindo a comparticipação de parte dos custos e, segundo, talvez promovendo a construção de uma nova escola.-----------Disse.------PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------Passaríamos agora ao segundo período de inscrições para intervenções de três minutos.----------Fazem favor, senhores deputados, de se inscrever!----------Não há inscrições?----------Então iria dar a palavra ao senhor presidente da Câmara, se pretender intervir nesta questão.-----PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.---------Aqui alguns comentários muito rápidos acerca das diversas intervenções.---------Dizer ao senhor deputado José Paulo Matias que despesismo foi o que foi feito numa Assembleia vergonhosa, em que não houve deliberação nenhuma, não houve debate de nada, e até se quis discutir aqui um acordo que não estava escrito ainda, e isso, sim, essa Assembleia foi inconsequente e não trazia nada para discutir.----------Esta Assembleia foi feita dentro da necessidade naturalmente de um princípio fundamental, que é libertar no imediato as verbas paras as Juntas de Freguesia do primeiro trimestre. E o senhor conhece tão bem quanto eu a importância que o protocolo tem naquilo que é o dia-a-dia e a gestão das



freguesias, e daí esta necessidade.----------Relativamente à intervenção do senhor deputado Hugo Cardoso. Senhor deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa, não foi o regime das autarquias locais que trouxe as competências para Barcelos. Desculpe, não foi. Quem foi, foi o Partido Socialista que teve como opção política em dois mil e nove... desculpe, senhor deputado, o senhor não abane muito a cabeça, porque foi mesmo assim. Foi o Partido Socialista em dois mil e nove que elaborou este protocolo, provavelmente até o Governo do PSD veio ver este protocolo para fazer a lei que fez, digo eu, não sei. Mas foi o Partido Socialista que tomou a iniciativa em dois mil e nove de o fazer. Portanto, isto é um protocolo que já existe desde que o Partido Socialista chegou à Câmara e a Lei setenta e cinco é de dois mil e treze. Portanto, foram anos depois. Mas é só para o lembrar...-----------O senhor deputado diz aqui que queria repor alguma justiça? Nós através do protocolo começámos a fazer precisamente a justiça. Estamos a fazer a justiça da igualdade com a referência que arranjámos em relação ao FFF. Tínhamos que arranjar uma base para nos sustentarmos naquilo que estávamos a fazer. A equidade vem precisamente naquilo que é identificado como prioridades e necessidades das freguesias. E isso sim, os chamados apoios suplementares ao protocolo, funcionam e basta percorrer o concelho, é sair do Porta Nova. Eu estou cansado de dizer isto, saiam do Porta Nova, vão para as freguesias e veem que os senhores presidentes têm feito excelente obra nas freguesias, através dos diversos apoios que vamos dando. Gostávamos de dar mais? Gostávamos. Mas os recursos financeiros também são limitados como sabemos e iremos fazê-lo à medida que nos for possível.----------Senhor deputado Mário Figueiredo, deixe-me só explicar-lhe, penso que já uma vez falámos nesta matéria, aquilo que está no protocolo sobre a comparticipação das freguesias que não têm escola está na medida do número



de alunos que frequentam essa escola. Ou seja, aquilo que foi um instrumento que se arranjou aqui, aliás, resultado um bocado do debate no primeiro mandato com os senhores presidentes de Junta, de alguma injustiça das despesas que a freguesia tem com a sede escola na sua freguesia e aquilo que foi infelizmente o encerramento de várias escolas, não pela Câmara Municipal, mas pela Direção Regional da Educação, nos termos daquilo que foi do Governo anterior também o início destes encerramentos. Portanto, aquilo que foi sendo dito aos senhores presidentes de Junta é que havia necessidade numa perspetiva solidária... Nós temos quantificado o custo de um aluno no ensino básico e no JI, e os senhores presidentes sabem que, por exemplo, se tiverem dez crianças numa determinada escola nós sabemos apurar o custo dessas crianças, e o apelo que foi feito foi para que os senhores presidentes de Junta, de forma solidária, olhassem para as freguesias que têm escola.-----------A perda da escola, eu compreendo-a, mas não é uma assimetria. Aliás, para corrigir esta assimetria só temos uma solução: é construir outra escola. O problema é que nós não podemos construir escolas onde infelizmente, e como o senhor sabe, não é um problema de Barcelos, é um problema nacional, temos níveis de natalidade terríveis, que vamos sofrer com eles muito em breve, e, portanto, isto é também consequência da dificuldade da natalidade que tem várias origens e estão identificados vários problemas. Não é um problema de Barcelos, é um problema nacional, mas infelizmente é um problema que Barcelos também sofre.-----------Portanto, tem havido essa solidariedade entre presidentes de Junta, sejam do partido que for, isso é pacífico, e aquilo que se diz no protocolo é muito simples: o senhor presidente de Junta que eventualmente não queira partilhar nesta perspetiva, a Câmara, se entender, tem a possibilidade de reter as verbas equivalentes e entregar à Junta onde tem o aluno.---------------------



Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Passaríamos então à votação desta proposta!
Eu perguntaria aos senhores deputados que votam contra o favor de se
levantar
(Ninguém)
Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar
(Ninguém)
Esta proposta está assim aprovada por unanimidade, não podendo eu
deixar de dizer que para mim é um conforto essa unanimidade, porque
correspondemos aos anseios dos senhores presidentes de Junta na rapidez com
que trouxemos este assunto à Assembleia Municipal
Muito obrigado
Declaração de voto? Faz favor, senhor deputado
DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Nesta declaração de voto queria só
dizer ao senhor presidente da mesa da Assembleia que de facto leu o artigo
vinte e oito e citei-o na minha intervenção, e o artigo vinte e oito diz que as
Assembleias extraordinárias reúnem-se extraordinariamente por iniciativa do
senhor presidente da mesa ou após requerimento da Câmara Municipal. Não foi
requerida pela Câmara Municipal, foi por iniciativa do senhor presidente, e foi
isso que eu aqui citei. Portanto, o que eu disse foi que de facto esta Assembleia
foi convocada pelo senhor presidente da Assembleia e não a requerimento da
Câmara
Em segundo lugar, queria dizer ao senhor presidente da Câmara que o
que eu disse aqui, o despesismo, é: porque é que isto não foi discutido na
reunião de fevereiro? Eu não estou a dizer que não se deva reunir e decidir já.
Fu só disse é que nós devíamos e nodíamos ter feito isto se tivessem sido



diligentes e competentes na reunião de fevereiro.----------Portanto, era esta a declaração de voto que eu gueria fazer.------PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado. Também para declaração de voto o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do PSD.-----**DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesia, Caro Público.-----------Permitam-me que inicie a minha intervenção referindo que o grupo parlamentar do PPD/PSD votou favoravelmente a proposta apresentada, designada por protocolo duzentos por cento, pois somos a favor da delegação de competências nas Juntas de Freguesia, e concordamos que, de facto, o reforço de poderes e capacidades de intervenção das Juntas de Freguesia contribuem para melhorar a eficiência da ação do poder local junto das populações, de uma forma bastante significativa.----------Votámos favoravelmente esta proposta porque acreditamos na competência de todas as Juntas de Freguesia que apresentam autarcas cada vez mais bem preparados para gerir a "coisa" pública.----------O nosso voto foi favorável à proposta apresentada pelo executivo municipal porque acreditamos que os critérios seguidos no FEF, para a distribuição de verbas pelas freguesias, sem serem perfeitos, são os que se tem revelado mais objetivos e eficientes, em termos económicos, entre uma panóplia possível de critérios alternativos a seguir nessa distribuição de verbas.-------Contudo, permitam-me que lhes diga que nos parece que estamos a perder uma boa oportunidade para sermos bem mais ambiciosos nesta delegação de competências, e consequente reforço das transferências



financeiras para as Juntas de Freguesia. Pelo que o PPD/PSD defende a atribuição de um terceiro FEF a cada freguesia para financiar, essencialmente, obras de investimento. Temos vindo a constatar que o protocolo duzentos por cento tem sido utilizado pelas Juntas de Freguesia, fundamentalmente, para suportar gastos de manutenção e conservação.----------Esta também seria uma forma de minorar a discriminação negativa que as Juntas de Freguesia governadas pelo PPD/PSD têm vindo a sentir nos últimos anos. Nesta matéria, veja-se a disparidade dos valores médios que têm sido transferidos para as Juntas de Freguesia governadas pelo Partido Socialista, comparativamente com os montantes médios transferidos para as restantes Juntas de Freguesia do concelho. Não podemos esquecer que as delegações de competências visam a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados a todas as populações e a racionalização económica dos recursos disponíveis.----------Na proposta defendida pelo PPD/PSD, de atribuição do terceiro FEF às Juntas de Freguesia do concelho de Barcelos, estamos a falar de um reforço das transferências financeiras de cerca de dois ponto cinco milhões de euros, por ano, para essas mesmas Juntas de Freguesia. Mas, contrariamente ao que alguns tentam fazer crer, não terá qualquer impacto no montante global do orçamento municipal, que para dois mil e dezoito se cifra nos cerca de sessenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta mil euros. Pois o que defendemos, basicamente, é uma diminuição da verba distribuída via subsídios avulsos e subjetivos, por um reforço da verba distribuída tendo por base critérios económicos bem mais objetivos, como os seguidos no FEF.-----------A realidade dos factos prova que a elevada distribuição de subsídios avulsos tem levado à criação de assimetrias entre as freguesias do concelho de Barcelos, o que não à desejado em termos de coesão territorial.------



Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Eu não tenho indicação de mais nenhum senhor deputado se ter inscrito
para declaração de voto, iria perguntar se efetivamente é assim
Não havendo mais inscrições, damos então por encerrado este primeiro
ponto da ordem de trabalhos
Passaríamos ao segundo ponto da ordem do dia
PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
a solicitar a constituição de uma Comissão que terá como objetivo principal
lutar pela construção de uma nova unidade hospitalar em Barcelos
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, passaríamos à fase das
inscrições!
Senhores deputados, temos cinco inscrições nesta primeira fase
Em primeiro lugar a senhora deputada Rita Torre, do Partido Socialista,
faz favor
DEPUTADA DO PS – Rita Torre – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia, Excelentíssima Senhora e Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores,
Excelentíssimos Membros da Assembleia, Senhoras e Senhores Presidentes de
Junta, Excelentíssimos Membros da Comunicação Social, Excelentíssimo Público
presente e que nos acompanha via web
A construção do novo hospital é uma antiga e legítima pretensão dos
barcelenses, vista a necessidade evidente, e este executivo do PS não se escusa
a cumprir as suas funções, quer enquanto responsável pela gestão do
município, quer enquanto defensor dos interesses dos seus munícipes, e
designadamente nesta questão do hospital, essa preocupação não é de hoje!
lá em dois mil e onze enquanto norta-voz do Secretariado da Comissão



Política, o doutor Manuel Mota salientava que o ministro da Saúde, à altura do Governo PSD/CDS-PP, tinha assumido que o novo hospital não iria ser construído.----------Novamente, em outubro de dois mil e catorze, o doutor Manuel Mota, enquanto deputado, fazia uma intervenção no plenário da Assembleia da República onde pugnava pela valorização do Hospital de Santa Maria Maior e por um serviço público de saúde de qualidade para os concelhos de Barcelos e Esposende.----------Também no tempo do ministro Correia de Campos é conhecido o protocolo assinado para a construção do novo hospital. Por isso, a preocupação com o hospital não é exclusiva de um só partido e trata-se de uma matéria transversal a todos os partidos e ideologias e apelamos para que se envolvam todos pois todos sairão a ganhar e naturalmente os barcelenses em primeiro lugar.----------Por isso, consideramos que neste momento estão reunidas condições significativas e uma conjuntura política que poderá coadjuvar a um trabalho político significativo que permita que a construção do hospital seja uma realidade próxima.-----------Desse ponto de vista, a constituição desta comissão, que terá representação alargada dos intervenientes políticos, quer do senhor presidente da Câmara, do senhor presidente da Assembleia Municipal, da senhora vereadora do pelouro da saúde pública, de representantes de todas as forças políticas e de quatro presidentes de Junta, garantirá que todas as diligências serão tomadas para que a construção do novo hospital seja uma realidade.----------Fica claro que iremos sempre pugnar pela valorização do hospital e por um serviço público de saúde de qualidade para os dois concelhos de Barcelos e Esposende.-----



Obrigada pela vossa atenção
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada. Tem a
palavra o senhor deputado José Manuel Cardoso, do CDS
DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia, Digníssimos Secretários, Senhor Presidente da
Câmara, Digníssimos Vereadores, Membros desta Assembleia
Quase todos nós aqui presentes temos memória de quanto já aqui
discutimos a construção do novo hospital em Barcelos
Já neste mandato, já aqui apelei à envolvência de todos nesta luta para a
construção de um novo hospital
Quase todos sabem que também exerço funções de dirigente num
hospital aqui em dois concelhos vizinhos
Daquilo que me apraz e do conhecimento que tenho, principalmente no
campo político do nosso município, eu penso que é unânime esta luta que todos
queremos travarqueremos travar
Mas temos que ter a consciência que a situação que ainda todos vivemos
no campo económico-financeiro não é uma matéria fácil de decidir
Penso que todos os Governos ou todos os ministros da Saúde,
acompanhados pelos senhores ministros das Finanças, gostariam muito de dar
um hospital não só a Barcelos mas também a outros concelhos com
necessidades
Mas acho que a criação desta comissão, que o CDS desde já aplaude e
que participará com toda a força, tem que ter uma estratégia, tem que ser
muito bem planeada, e, acima de tudo, tem que chegar à tutela ou ao Governo
e levar instrumentos que ajudem na sua decisão
E para isso eu lanço já um desafio, que já foi matéria de muita discussão
e de muita luta política. É importante que esta comissão, em que o senhor



presidente da Câmara vai liderar, juntamente com o senhor presidente da Assembleia, na ausência do senhor presidente da Câmara, mas é importante, na minha ótica, que se leve já a intenção do local ou do terreno a adquirir. Porque sem isso dificilmente qualquer Governo tomará uma decisão, não só para que possamos candidatarmo-nos a fundos comunitários, e levamos uma proposta em concreto.----------Não podemos mais cair na tentação de criarmos uma comissão só por criar, ela só terá a devida consequência ou o devido fruto se formos capazes de levar o trabalho de casa bem feito.----------E é importante que cada uma das forças políticas e de cada um dos intervenientes, os senhores presidentes de Junta, levem ideias e levem a determinação.-----------Não deixa de ser curioso também, senhor presidente da Câmara, sendo o senhor um autarca do atual Governo, da cor do atual Governo, mas reconheço que faz muito bem em fazer esta comissão com todas as forças políticas para desenvolvermos esforços e assim conseguirmos de facto um hospital novo para Barcelos.----------Quero também aqui contudo dizer, que já alguém aqui disse, que apesar das condições físicas do nosso hospital, eu tenho a certeza que não está em causa a qualidade prestada nos serviços de saúde.----------Daqui faço a minha devida vénia a todos os profissionais do Hospital de Barcelos, ou Hospital Santa Maria Maior como é a sua designação oficial, pela excelente qualidade de prestação de cuidados à nossa população e às pessoas que a ele recorrem que não sejam da nossa área.----------E com isso afirmar que tenho dito várias vezes que a maior conquista social que o país teve foi o Serviço Nacional de Saúde. É o maior pilar da coesão social em Portugal. É ele que suporta nas horas difíceis, e os profissionais muito



sabem disso, como foi o caso, ou como e o caso todos os anos no inverno com
as gripes, que embarca com todo o tipo de doentes que chegam àquelas
urgências que estão vinte quatro horas abertas por dia durante trezentos e
sessenta e cinco dias por ano
E é daí que mediante as condições que nós temos atualmente, não só no
nosso hospital como até no meu e muitos outros por esse país fora, que é
necessário que o país se mentalize que com a saúde não devemos ter lutas
políticas, mas sim estarmos todos unidos. E lutar para que o serviço público de
saúde continue em Portugal. Porque se hoje em dia há quem possa pagar,
também há muita mais gente que não pode pagar e que recorre às nossas
urgências e aos nossos hospitais para serem tratados
É preciso também que dentro da nossa comissão se discuta e que
também se faça essa sensibilização na tutela, que é preciso discutir a
sustentabilidade e o financiamento do nosso Serviço Nacional de Saúde. Não foi
só aquilo que foi dito na segunda-feira na criação de um grupo de
acompanhamento pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério das Finanças, mas
é uma matéria muito importante para o nosso futuro enquanto nós ainda
estamos na nossa pujança de vida, mas quando nós formos mais debilitados, e
infelizmente a população tende cada vez mais a envelhecer, seja garantida a
prestação de cuidados
Isto é uma matéria para mim, e penso que para todos vós, muito
importante, muito delicada, e todos nós mesmo assim seremos poucos para
manter vivo o SNS no âmbito do serviço público
Tenho dito
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do PCP



DEPUTADO DO PCP – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.--------O PCP vai-se escusar de fazer considerações sobre os problemas que existem no hospital e a necessidade da construção de um novo hospital, a posição do PCP é por de mais conhecida, ainda na última Assembleia Municipal tive uma intervenção no período de antes da ordem do dia sobre o assunto. São conhecidas também as diversas iniciativas do Partido Comunista na Assembleia da República, muitas delas pela exigência do novo hospital e, dizer, iniciativas que são chumbadas constantemente. Portanto, há uns que querem de facto o novo hospital e há outros que dizem que querem o novo hospital ou pelo menos têm muitas outras prioridades duvidosas, à frente do nosso hospital vão pondo várias prioridades.----------E dizer o seguinte:-----------A unidade na defesa do novo hospital é fundamental para a exigência deste equipamento, não há dúvida nenhuma. No entanto, acho que deveremos procurar envolver os profissionais da saúde e a população para que haja uma representação não só política mas efetiva da sociedade barcelenses na exigência deste novo hospital.-----------A comissão naturalmente que tem que delinear estratégias mas, acima de tudo, tem que saber aquilo que quer. E até houve aqui uma intervenção de um cidadão, do Vasco Santos, que levantou uma questão sensível: que hospital é que queremos. Isso é a principal definição da nossa estratégia: que tipo de hospital é que nós queremos. Se queremos o mesmo hospital, com paredes lavadas e paredes novas, ou se queremos um hospital com novas valências, com novos blocos operatórios, com uma dignidade de um Serviço Nacional de Saúde, com um concelho de cento e trinta mil pessoas, mais outro concelho com perto de trinta ou quarenta mil pessoas, aquilo que é de facto uma necessidade.----------Nós sabemos a dificuldade que a construção do novo hospital atravessa,



é que há ao longo de décadas e décadas uma estratégia de fomentar a privatização da saúde e para privatizar a saúde nada melhor que degradar o Serviço Nacional de Saúde e tornar o seu serviço de qualidade duvidosa perante os utentes, levando-os, na dúvida, a optar por um serviço privado. Isto para além da falta de respostas que existe cada vez menos no Serviço Nacional de Saúde, encaminhando os utentes para o setor privado.----------É este o grande obstáculo à construção do novo hospital, não é, e aqui tenho que discordar, as tais limitações orçamentais que existe porque o país está em crise, porque quando a crise atravessa o setor financeiro as limitações orçamentais são logo afastadas e os problemas são logo resolvidos e o dinheiro aparece logo.----------E acho incrível que de facto um deputado, que foi o deputado Cardoso, diga que o Serviço Nacional de Saúde é importante, é um dos pilares da nossa coesão social, julgo que foi isso que disse, mas se não houver dinheiro a coisa fica por aqui.----------Dizer também o seguinte:-----------A constituição desta comissão que apela a uma unidade política não vai ser para que o Partido Comunista permita afastar as responsabilidades políticas que existe de muitos partidos. Portanto, o Partido Comunista Português não vai deixar que o PS, o PSD e o CDS ponham o contador a zero nesta matéria. Porque para o Partido Comunista Português não existe um PS em Barcelos e um em Lisboa e não existe um PSD e um CDS em Barcelos e um em Lisboa. Portanto, um que quer cá e um outro que não quer lá. Nós não vamos aceitar que haja esta tentativa de desresponsabilização dos partidos que tiveram anos e anos o poder de decidir e além de não construir o novo hospital tenham decidido ano após ano o desmantelamento do hospital que nós temos em Barcelos.-----------Dizer que esta comissão não pode encerrar a luta pelo novo hospital, daí



a necessidade do envolvimento da população
E dizer que em parte corresponde àquilo que o Partido Comunista vinha
dizendo ao longo de anos, em que dizia que havia uma certa apatia do executivo
nesta matéria, reconhecendo que não era uma competência sua mas tinha uma
competência política de reivindicação junto do Governo na exigência deste
equipamento
Portanto, no meu entender a Câmara Municipal de Barcelos, isto é, o
executivo do Partido Socialista perdeu dois mandatos e há dois mandatos que já
deveria de facto estar empenhado na defesa deste equipamento de uma forma
firme independentemente dos Governos que têm estado no poder
Posto isto, espero que a comissão sirva de facto para defender o hospital,
sirva para definir que tipo de hospital nós queremos, que não sirva nunca,
porque isso nós estaremos atentos, para sacudir responsabilidades de partidos
políticos que têm a responsabilidade de não terem construído até hoje o novo
hospital
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a
palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda
DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Muito boa noite
Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da
Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros e Caras Deputados
Municipais, Público em geral, Comunicação Social, e quem nos ouve e vê via
web
Cá estamos nós a falar novamente do hospital. Já anos e anos
consecutivos que nós andámos a falar nisto. Até parece daqueles temas
recorrentes, permanentes, quando não há agenda política, quando não há tema
na agenda política local vem o hospital, quase como, diria, que um refúgio



político de ação para se dizer qualquer coisa que seja. E assim tem sido estes últimos anos.----------As várias e sucessivas governações tanto locais quanto nacionais têm feito do hospital uma promessa recorrente.----------E é evidente – lá vou eu falar outra vez no passado – que eu sei que estamos em dois mil e dezoito, e sem dúvida alguma até agradeço essa temporização, mas é verdade que isto tem antecedentes e tem história e tem uma história por vezes caricata, já na altura se dizia... Aliás, nós ainda agora tivemos uma intervenção de um deputado do CDS a defender, e muito bem, e muito bem na minha perspetiva, o Serviço Nacional de Saúde. Mas eu queria lembrar que o CDS, quando da constituição do Serviço Nacional de Saúde, absteve-se. Se se absteve era porque não estava totalmente de acordo, pelo menos tinha dúvidas. E sempre teve. E sempre teve. Porque achava porventura que era uma medida demasiado esquerdista e que não iria ter a repercussão que porventura depois dá-se. Mas, pronto, tudo bem, isso faz parte de um passado. Mas é verdade que este passado também precisa de ser lembrado porque sucessivamente nos foram prometendo. Na altura que foi encerrada a maternidade a contrapartida era o novo hospital. E foi encerrado por um Governo do Partido Socialista, Correia de Campos.------------O PSD depois dizia que já tinha um acordo, quando saiu do poder autárquico em dois mil e nove que tinha um acordo feito, depois foi o PS que não deu continuidade, e temos andado nisto permanentemente.---------Eu lembro-me de uma cena até caricata, o secretário de Estado da Saúde à altura, Manuel Pizarro, fomos todos convocados para São Bento Menni, para nos apresentar o projeto, uma maquete em três D, tudo já muito bem elaborado, tudo muito bem feito, ficámos todos agradecidos, isto em algures por dois mil e onze, penso eu, à volta disso, já são vários anos que passaram.----



Paulo Macedo, ministro do Governo PSD, veio ca a Barcelos,
precisamente aqui no nosso concelho, e afirmou peremptoriamente que não
havia dinheiro para o novo hospital
O atual ministro da saúde já disse que o hospital de Barcelos não é uma
prioridade
Portanto, contradiz-se aqui uma série de coisas e o que é certo e o que é
verdade, e levado ao limite todos temos responsabilidades, e qualquer um de
nós as tem, com certeza, se calhar podia ter lutado mais do que o que fez, em
qualquer um de nós, mas é verdade que existem diferentes responsabilidades e
que o poder autárquico pouco tem feito como força de pressão, escudando-se
sempre na questão de que não é da sua responsabilidade. Não é a Câmara
Municipal que vai construir o novo hospital, obviamente, todos sabemos. Mas é
a Câmara Municipal e são os partidos da Assembleia Municipal e são os
barcelenses que têm que fazer força de pressão e criar alguma exigência para
que isso possa ser uma realidade
Meus senhores, não se pode deixar entreter toda esta questão durante
anos e anos, numa luta política local de arremesso de arma política, há terreno,
não há hospital, há hospital, não há terreno, agora até já numa versão nova, há
proposta, mas não há comissão, e agora há comissão porque adulterou a
proposta. Portanto, começamos a entrar um bocadinho neste jogo de vai e vem,
diz-se que é, diz-se que não é, entretemo-nos nisto
É tempo, sem dúvida alguma, até porque o diagnóstico está feito e todos
nós estamos de acordo que haja um novo hospital, e todos nós vamos defender
o novo hospital, perfeitamente de acordo. Agora, há formas diferentes de o
fazer nos órgãos locais, nos órgãos nacionais, ter capacidade de intervenção
Porque na verdade o nosso hospital, e não está em causa, dizia eu, a
questão profissional e o brio dos profissionais, se calhar é a única forma de ir



mantendo com alguma atenção e com algum cuidado a prestação da saúde no
nosso concelho. Portanto, não está minimamente em causa o trabalho dos
profissionais
Está em causa sim um edifício que atingiu uma situação totalmente de
rutura, a incapacidade de dar resposta. Ainda há dias no Jornal Expresso, de
referência nacional, vinha Barcelos como um hospital em situação de rutura
entre alguns que estão lá elencados. Portanto, já atinge, digamos, que uma
proporção de tal ordem que na verdade começa a ser posto em causa as
condições em que são prestados esses cuidados de saúde
E pergunta-se: porquê? Não é só a ordem dos enfermeiros, a ordem dos
médicos. Portanto, o diagnóstico está feito
Hoje percebe-se que há o negócio com os exames de diagnóstico – o
nosso hospital não faz – com uma série de clínicas aqui à volta
Há um financiamento das próprias corporações de bombeiros a
transportar permanentemente pessoas de Barcelos para Braga, do hospital para
as clínicas
Há uma intenção declarada de abrir aqui em Barcelos um hospital de um
grupo empresarial privado
E o nosso tem sido cada vez mais uma espécie de centro de triagem.
Qualquer dia limita-se praticamente a ter uma retaguarda de cuidados
primários e pouco mais do que isso
E a população barcelense tem obrigatoriamente que exigir
E esta comissão terá a validade nesse sentido. Terá a validade se for
realmente para criar sinergias, para criar um plano de ação, uma calendarização
interventiva e criar um movimento popular
Não são os membros da Assembleia por si só que vão fazer com que haja
essa capacidade de exigência. É sem dúvida alguma envolver as pessoas.



envolver, no fundo, a população barcelense, juntar forças e exigir
O Bloco de Esquerda assume e já assumiu que irá, nas negociações para o
próximo orçamento de Estado de dois mil e dezanove, propor a inclusão de
verbas para o novo hospital em Barcelos
E agora lanço o repto nomeadamente aos deputados eleitos pelo distrito
de Braga, eleitos com os votos dos barcelenses, que tenham também posições
nos seus partidos sobre isto. E o Bloco de Esquerda está a assumir
peremptoriamente essa posição que vai ter nas negociações para o próximo
orçamento de Estado
Só perguntar uma questão muito de pormenor quanto à constituição da
comissão. Portanto, é composta pelo senhor presidente da Câmara, pelo senhor
presidente da Assembleia Municipal, quatro presidentes de Junta
representativos dos diferentes partidos e movimentos que têm presidentes
eleitos, e depois diz "representantes da Assembleia Municipal". Eu gostava de
saber quantos, partindo do princípio que todos os partidos são representados.
Será um representante por partido. Tudo bem
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a
palavra o senhor deputado Adélio Miranda, do PSD
DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Boa noite a todos
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos,
Excelentíssimos Senhores Secretários da Mesa, Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Excelentíssimos Senhores
Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos
Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimo Público aqui presente e que nos
segue via web
Todos os factos da vida têm uma história. Tudo tem um passado, um



presente e, normalmente, um futuro
História desta novela do hospital
Em dois mil e seis, o Governo socialista presidido por um primeiro-
ministro socialista chamado José Sócrates e que tinha como ministro socialista
da Saúde António Correia de Campos decidiu, contra normas técnicas avisadas,
pareceres de médicos especialistas na matéria, e contra critérios de sensatez e
de bom senso, encerrar a maternidade do Hospital Santa Maria Maior de
Barcelos
O mesmo Governo e o mesmo ministro mantiveram abertas
maternidades que tinham um número de partos anual de cerca de metade, ou
menos, do nosso hospital. Metade ou menos
E algumas hoje, com o mesmo Governo socialista, com um terço dos
nascituros da área de influência do nosso hospital
O que aconteceu então na sequência desta decisão?
Uma grande, enérgica e mobilizadora reação da sociedade barcelense
que, entre outras iniciativas, culminou numa grande manifestação em Lisboa
contra esse encerramento. Lá estive e estiveram muitas pessoas que estão
nesta Assembleia, incluindo de grupos parlamentares que não aquele a que
pertenço
O senhor ministro Correia de Campos, socialista de então e de agora, é
presidente de uma estrutura muito importante neste momento, decidiu então
conceder a Barcelos, tentando remediar o grande mal que nos tinha causado, a
construção de um novo hospital de raiz, designado como hospital de
proximidade
Um hospital moderno, construído de raiz, com valências várias e servindo
de modo global de uma forma aceitável a população que lhe está afeta e que a
ele recorre



Foi elaborado o projeto, definido o local de construção e aclaradas as
especialidades médicas que nele teriam lugar
Conheço muito bem a matéria porque participei de forma ativa e a título
gratuito na sua elaboração. Tendo até visitado, no âmbito da referida matéria,
dois hospitais em Espanha com estrutura semelhante àquele que aqui seria
construído
Na sequência destes factos, foi assinado um protocolo para a construção
da referida unidade hospitalar entre a Câmara do PSD presidida pelo doutor
Fernando Reis e o senhor ministro da Saúde de então, António Correia de
Campos. Protocolo esse que eu penso que nunca foi denunciado e
naturalmente se mantém em vigor
Em dois mil e nove, a Câmara Municipal de Barcelos foi conquistada e
passou a ser gerida pelo Partido Socialista sob o comando do atual presidente
Miguel Costa Gomes
Passaram oito anos e meio, o que fez o Partido Socialista e o senhor
presidente da Câmara em relação a esta matéria? Zero. Repito, zero
Em dois mil e dezassete, o PSD propôs no seu programa eleitoral e, na
sequência deste, no plano para dois mil e dezoito a constituição de uma
comissão para lutar pela construção de um novo hospital, apresentando uma
proposta concreta em reunião do executivo
O que fez o senhor presidente da Câmara? Rejeitou a nossa proposta e
copiou, repito, copiou aquilo que o PPD/PSD propôs, com apenas uma variante:
em vez de a comissão serem integrados os vereadores da Câmara, o que era
naturalmente justo, da coligação Mais Barcelos e naturalmente os outros,
propôs a inclusão dele próprio, do vereador da área referida e do senhor
presidente da Assembleia Municipal. Democrático? Com certeza. Mas não
adaptado à situação que estou a falar



O senhor presidente da Câmara não tem que fazer parte desta comissão.
Ele tem que estar acima desta comissão. Ele tem que exercer o seu magistério
de influência. Ele tem que mostrar o quanto vale junto do poder executivo
Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados,
A perda de valências do hospital de Barcelos, sobretudo da sua
maternidade – foi quando começou a queda do nosso hospital, que é a alma
dele e de um concelho –, a falta da intenção de construir uma nova unidade, a
incapacidade técnica, financeira e política para a sua efetivação, tem um rosto,
chama-se Partido Socialista
O governo central é do Partido Socialista, a administração do hospital foi
nomeada e é da confiança do Partido Socialista, a Câmara de Barcelos é
presidida por um presidente socialista
As coisas têm nome, devemos ser politicamente corretos, mas devemos
ser verdadeiros, falar na verdade
O senhor presidente da Câmara muitas vezes intervém para corrigir
intervenções dos senhores deputados, mas provavelmente não gostou desta
minha intervenção, mas ele sabe que eu falei verdade
Lancei-lhe o repto de lutar pela construção do novo hospital e disse que o
apoiaria. Mas eu acho que não deveria fazer parte desta comissão
Senhor presidente da Câmara, o respeito institucional que tenho pela sua
pessoa não me impede de fazer esta intervenção política
Quero-lhe dizer que iremos participar na comissão com muita força,
muita energia e muita vontade
Mas também lhe quero dizer, e estou a terminar, nós reservámo-nos em
termos de PPD/PSD e de Coligação Mais Barcelos de termos as nossas
intervenções e termos as nossas posições nesta matéria
Muito obrigado



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Passaríamos agora à segunda fase de inscrições para intervenções de três
minutos
Senhores deputados, alguém se quer inscrever?
Ninguém se quer inscrever, daria a palavra ao senhor presidente da
Câmara, querendo intervir
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Só para confortar ali o senhor deputado Adélio Miranda. Não fico nada
zangado, não se preocupe com isso. Porque eu acho que quanto mais nós
debatermos e nos preocuparmos com esta matéria quero que fique aqui claro
que isto não é uma questão do presidente da Câmara, do executivo municipal. É
uma questão dos barcelenses e foi assim que foi encarada, descomplexado
desse princípio de estar acima. Não. Eu estou aqui para tentar trabalhar e aquilo
que estou a fazer, e já o tinha anunciado, é fazer parte de uma comissão porque
estou convicto que todos seremos mais fortes
Dirigindo-me ao senhor deputado José Manuel Cardoso. Senhor
deputado, o local já existe, o terreno não está adquirido porque está
condicionado de facto. Eu já expliquei várias vezes nesta Assembleia que não faz
sentido fazer um investimento na aquisição do terreno, isto foi claramente
transmitido quer ao Governo anterior, quer ao atual, que não faz sentido de
estarmos a fazer um esforço financeiro para adquirir se não temos a garantia da
construção. E, portanto, aquilo que foi transmitido foi que a partir do momento
que o Governo garantir, não me interessa o instrumento financeiro (orçamento
de Estado ou quadro comunitário), desde que esteja garantido naturalmente
nós adquiriremos o terreno
Deixe-me também esclarecer que o senhor presidente da Assembleia faz
narte da comissão, o que tem é o estatuto de substituição do presidente da



Câmara no caso de eu, por alguma razão, não puder estar presente
Senhor deputado Mário Figueiredo, vou fazer aqui o desafio ao PCP e ao
Bloco de Esquerda, no âmbito do acordo parlamentar existente, a chamada
"geringonça", que é assim que é ela funciona
Já vi que o senhor deputado José Maria Cardoso tem como intenção ou já
apresentou como intenção ao seu partido que no próximo orçamento de Estado
seja inscrita a questão do hospital. Faça um desafio junto do PCP para fazer a
mesma coisa, que eu tentarei fazer isto naturalmente junto do PS. E também
aquele apelo que o senhor deputado fez aos deputados barcelenses e do circulo
de Braga, deverão fazê-lo porque, continuo a dizer, isto não é uma questão de
um partido, é uma questão dos cidadãos e, portanto, devemos todos trabalhar
neste sentido
Deixe-me também dizer-lhe que isto é muito bonito lançar aqui um
calendário como lançaram, de que veio cá o então secretário de Estado da
Saúde, Manuel Pizarro, apresentar o projeto. É verdade, isto foi sensivelmente
nos inícios/meados de dois mil e onze. Mas eu quero lembrar que entretanto o
Governo caiu, o então primeiro-ministro demitiu-se, entrou um novo Governo
em funções, que teve um ministro da Saúde que disse claramente aqui em
Barcelos, para quem quis ouvir, aliás, foi uma das preocupações na altura, eu
precisava de saber do ponto de vista daquilo qual era a orientação do Governo
para o hospital, foi claro naquilo que disse, "Esqueçam o hospital de Barcelos
nos próximos vinte anos"
Passaram entretanto quatro anos, a situação que o país atravessou todos
nós a conhecemos
Entretanto já foram feitas abordagens ao atual Governo, o próprio
primeiro-ministro em campanha veio aqui dizer que tudo faria para no próximo
quadro comunitário o hospital ser uma realidade, mas eu acho que isso para nós



é pouco, temos que tentar pressionar para que as coisas se alterem.-------é ------Posso-vos já dizer, não sei se vai ser assim, naturalmente depois em sede da comissão isto poderá ser discutido de forma mais ampla, mas provavelmente nós estamos perante um problema do custo do hospital que estava projetado. E hoje falam-se em realidades sem perder valências, pelo menos foi isso que me foi balizado mais ou menos, mas diria reprogramar o projeto num outro sentido, talvez numa dimensão menor que aquilo que estava previsto, não estou a dizer que é assim, e que fique bem claro, foi uma das coisas que foi já discutida e conversada. Portanto, eu acho que vale a pena nós pensarmos se o novo projeto se adapta e adequa às novas necessidades do município de Barcelos e de Esposende, porque abrange as duas áreas. Nós às vezes na obra pública temos um pouco este defeito, criar infraestruturas gigantes de mais, com custos elevadíssimos que normalmente pode, e isto é a experiência que eu tenho, inviabilizar aquilo que é uma necessidade. E, portanto, acho que vale a pena discutirmos esta matéria se depois chegarmos a acordo de que o hospital ou um novo projeto de hospital com custos menores seja de facto uma realidade para Barcelos e que resolva o problema dos cidadãos de Barcelos e de Esposende.---------Senhor deputado, aquele calendário de dois mil e sete quando foi do protocolo, para dois mil e nove vai dois anos, nós entrámos aqui em novembro de dois mil e nove, portanto, vai-me dar de barato que dois mil e nove não conta, portanto, eu tive menos, pelo menos meia dúzia de meses do que o então senhor presidente da Câmara doutor Fernando Reis. Portanto, eu tive ano e meio e o doutor Fernando Reis teve dois anos. Ele nada fez e nós não conseguimos fazer nada. Entretanto entrámos nesta situação de um Governo novo que, por razões que todos conhecem, independentemente da razão ser a real de que o país estava em crise, muito bem, todos nós sabemos, infelizmente todos sofremos, mas o senhor ministro da altura, o doutor Paulo Macedo, foi



claro naquilo que disse, para esquecer o hospital. Isto não quer dizer que nós vamos esquecer o hospital!----------Portanto, esta criação da comissão fui eu que fiz esta proposta, entendo que não me diminui em nada, sinceramente não, e aquilo que eu quero é uma parceria clara com todas as sensibilidades políticas aqui. Não copiei nada de ninguém, porque eu não copio nada de ninguém, e não copiei, acredite. O senhor até declarou aqui um pequeno pormenor, eu já tinha anunciado que ia fazer isso, os senhores vereadores do PSD, e bem, apresentaram uma proposta na perspetiva, que era a sua perspetiva, que queriam que estivessem os vereadores todos, e faz uma diferença muito grande. Porque aqui está o presidente da Câmara, porque tem a legitimidade da representação do município, está o senhor presidente da Assembleia, está a senhora vereadora da saúde pública, que faz sentido ela estar presente, representantes de todos os partidos, e aquilo, e até veja este pormenor, podíamos discutir aqui se eram dois presidentes do PS, um do PSD, dois, dois, um, um... Não. Eu acho que isto faz sentido porque é preciso também trazer os autarcas das freguesias, porque isto também é um problema das freguesias. Portanto, aquilo que se pensou não foi com o objetivo de instrumentalizar nem manipular ninguém, foi um de cada uma das sensibilidades políticas, do PSD, do BTF e Independentes, se o CDS tivesse naturalmente entraria, se o Bloco tivesse entraria, foi esta a lógica, e depois um representante de cada representação nesta Assembleia Municipal. Faz sentido até para não se criar aí uma comissão que um dia destes tínhamos que contratar um autocarro para irmos todos para Lisboa, e a ideia é tentar agilizar com esta comissão objetivamente o nosso intuito que é tentarmos todos de mãos dadas, porque isto não é uma questão partidária, é uma questão de cidadania e de necessidade que Barcelos tem, e acho que todos devemos dar as mãos no sentido de o hospital ser uma realidade.-----



Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
O senhor presidente da Câmara acabou por esclarecer uma questão que
tinha sido levantada aqui por um senhor deputado no sentido da interpretação
da constituição da comissão, que dela farão parte representantes de todas as
forças políticas com assento nesta Assembleia, portanto, um por cada força
política, cuja designação será da responsabilidade do respetivo partido político
ou grupo municipal, e também quatro senhores presidentes de Junta, sendo um
indicado pelo grupo dos senhores presidentes de Junta do Partido Socialista,
outro do PSD, outro do BTF e outro dos senhores presidentes de Junta
Independentes que aí têm que se organizar um pouco para, entre vós, escolher
efetivamente um representante
Também para agilizar antes da votação esta questão, será bom que
depois façam chegar quer diretamente ao senhor presidente da Câmara, quer
aos serviços de apoio da Assembleia Municipal a designação dos respetivos
representantes. Embora isso não se diga na proposta, mas é capaz ser boa ideia
indicar um efetivo e um suplente para qualquer eventualidade de
impossibilidade de representação em qualquer reunião
Esclarecido isto, também na medida do possível seria bom que,
considerando que estamos no período da Páscoa, essa indicação pudesse ser
feita até final da próxima semana para podermos assim agilizar o
funcionamento desta comissão
Posto este esclarecimento, passaríamos então à votação!
Eu iria perguntar aos senhores deputados que votam contra o favor de se
levantar
(Ninguém)
Os senhores denutados que se abstêm fazem o favor de se levantar



(Ninguém)
Então esta proposta foi aprovada por unanimidade
Há algum senhor deputado que queira exercer o direito de declaração de
voto?
Ninguém se quer inscrever?
Então passaríamos ao terceiro ponto da ordem de trabalhos
PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização de
uma exploração pecuária, sita na freguesia de Roriz
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!
Ninguém se quer inscrever?
Então passaríamos à votação!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Três: dois do BE, um do PCP)
Aprovado por maioria com três abstenções
O senhor presidente da Câmara tinha-me feito sinal de que queria fazer
uma pequena intervenção sobre este tema
Senhor presidente, faz favor
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Não é propriamente sobre o tema, mas como é o último assunto a ser
discutido nesta Assembleia, é apenas para desejar os votos de uma Santa
Páscoa a todos, não tenho outra oportunidade que não fosse esta
Um bom regresso a casa e uma Santa Páscoa!
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente



Antes de terminarmos a sessão, dado também o caráter de urgência das
questões que aqui foram trazidas, eu ia apresentar a proposta aos senhores
deputados para, nos termos do artigo cinquenta e sete, número três, da Lei
setenta e cinco/dois mil e treze, para ser aprovada por minuta a ata desta
sessão com as respetivas deliberações, sentido da votação, resultado da
votação e o respetivo teor
Quem vota contra esta proposta agradecia que se levantasse, por favor
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Então esta proposta de aprovação da ata por minuta foi aprovada por
unanimidadeunanimidade
Antes também de terminar esta Assembleia, eu ia desejar a todos um
bom regresso a casa, uma boa Páscoa e muito boa noite a todos
A sessão terminou às vinte e três horas e vinte e cinco minutos do dia
vinte e oito de março de dois mil e dezoito
Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva,
para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo
Presidente da Assembleia
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
(Harásia Parra)
(Horácio Barra)
O COORDENADOR TÉCNICO
(Celestino Linhares da Silva)



ÍNDICE

Ata nº 2 de 28 de março de 2018

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
04	Período de intervenção do público
08	Período da ordem do dia
08	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato de Cooperação entre o Município e as Freguesias do Concelho de Barcelos (1º Ponto)
31	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a constituição de uma Comissão que terá como objetivo principal lutar pela construção de uma nova unidade hospitalar em Barcelos (2º Ponto)
51	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização de uma exploração pecuária, sita na freguesia de Roriz (3º Ponto)
52	Aprovação da ata em minuta